



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. mo Sr.º Presidente da Assembleia da República

1 – De acordo com notícias recentemente publicadas, a Secretária de Estado Adjunta e da Justiça terá dado a conhecer, em visita à cidade de Guimarães, a intenção do Governo de ali constituir um Campus de Justiça, através da ocupação de edifícios pertencentes ao Estado, fazendo «migrar» para o centro da cidade, pelo menos, as secções de família e menores, de execução, cível e criminal da instância central e a secção de trabalho;

2 – O edifício onde funcionaram as antigas Varas Mistas - e onde actualmente funcionam as aludidas secções de família e menores, de execução, cível e criminal da instância central - situado em Creixomil, fica a cerca de 5 km da cidade de Guimarães;

3 - Este edifício constituiu uma das mais polémicas parcerias público-privadas lançada em 2007 pelo Governo PS e, então, denunciada pelo Deputado Nuno Melo do CDS: custa ao Estado €32.000,00 mensais de renda (ou seja, neste momento, um total acumulado de 36 MEUR de rendas pagas e que ascenderá a 40 MEUR até ao final do contrato), sendo que custou 1,8 MEUR ao particular, preço que o Estado poderia ter pago, poupando mais de metade do valor que irá gastar em rendas, com a agravante de o edifício não ficar na sua titularidade;

4 – Já o edifício da secção de trabalho fica dentro do perímetro do projectado Campus de Justiça, pelo que aparentemente não se justifica a respectiva migração, uma vez que não está em causa a proximidade aos cidadãos;

5 - Por último, referiu a Secretária de Estado Adjunta e da Justiça que o projeto ficaria já definido este ano, mas nada transpirou, a esse respeito, aquando da audição da Ministra da Justiça e da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça em sede de processo legislativo do Orçamento de Estado para 2016;

Tendo presente que:

Nos termos do disposto no artº. 156º, alínea d) da Constituição, é direito dos Deputados «fazer perguntas ao Governo sobre quaisquer actos deste ou da Administração Pública e obter resposta em prazo razoável»;

Nos termos do artº. 155º, nº. 3 da Constituição e do artº. 12º, nº. 3 do Estatuto dos Deputados, «todas as entidades públicas estão sujeitas ao dever geral de cooperação com os Deputados no exercício das suas funções ou por causa delas»;

Nos termos do disposto no artº. 229º, nº. 1 do Regimento da Assembleia da República, as perguntas apresentadas pelos Deputados são tramitadas por intermédio do Presidente da Assembleia da República com destino à entidade requerida, tendo esta o dever de responder conforme o disposto no nº. 3 do mesmo preceito;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados vêm por este meio requerer à Senhora Ministra da Justiça, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, se digne responder às perguntas seguintes:

1 – Considerando a poupança no valor das rendas atuais, por contraposição com a despesa de novas rendas a pagar, que vantagem vai resultar para o erário público da constituição do novo Campus da Justiça de Guimarães?

2 – Qual o montante expectável de obras de adaptação destes novos edifícios, por contraposição com o montante das obras de conservação dos edifícios atualmente existentes?

3 – Qual o destino a dar aos edifícios que vão vagar? Que poupanças são aí expectáveis?

4 - Que verbas estão previstas, para este fim, no orçamento do Ministério da Justiça para 2016?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 18 de Março de 2016

Deputado(a)s

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)

TELMO CORREIA(CDS-PP)

VÂNIA DIAS DA SILVA(CDS-PP)